

SESSÕES DO PLENÁRIO

69ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 3 de setembro de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Lucinha do MST, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas da 67ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2024, e das 33ª e 34ª sessões especiais, realizadas, respectivamente, em 29 e 30 de agosto de 2024.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente (Oradores inscritos).

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano Simões. V. Ex.^a está inscrito para falar.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigos e amigas da Bahia; boa tarde, toda a Assembleia, amigos deputados, amigas deputadas, realmente este 2º semestre é especial, é um 2º semestre de eleições municipais na Bahia e no Brasil.

Muitos dos nossos colegas, inclusive eu, têm uma atuação muito forte no interior do estado e têm que conciliar isso com agenda parlamentar, aqui, na capital, mas nós vamos participando.

Normalmente, os eventos do interior são nos finais de semana, ainda bem, o que deixa a gente em Salvador durante a semana justamente para produzir e para fazer o trabalho, aqui, na Assembleia Legislativa.

Fico muito feliz também de estar no exercício da Presidência do União Brasil aqui de Salvador, essa que é a maior legenda da nossa capital não só por ser o partido que tem mais vereadores na Câmara, mas por ser o partido do prefeito Bruno Reis, o melhor prefeito do Brasil. O deputado Samuel Junior sabe do que eu estou falando...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não era ACM Neto o melhor prefeito do Brasil? Agora é Bruno Reis?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Hoje, o melhor prefeito, dentre os prefeitos das capitais do país, é Bruno Soares Reis. As últimas pesquisas não nos deixam mentir sobre a grande aprovação do governo dele.

Por ser uma campanha de reeleição, para mim esse é o dado que mais importa: a avaliação da gestão do governante, do prefeito que está em voga. Todos os números das pesquisas dão aprovação a Bruno com mais de 80% da população de Salvador.

Temos que lembrar que a gente veio na sequência do grande trabalho dos dois grandes mandatos do ex-prefeito ACM Neto, nos quais Bruno manteve o entendimento de investir mais da metade do Orçamento Público do município de Salvador nas partes mais pobres da cidade.

Não faz diferença uma praça que você vê no Loteamento Aquarius, ali na Pituba, com a praça que está feita em Periperi, em Paripe ou em Plataforma. É uma cidade de todos. Todos os índices que já eram índices muito bons com ACM Neto, Bruno conseguiu manter ou melhorar.

Veja o número de hospitais que a gestão de Bruno deu sequência, após a construção dos hospitais que Neto fez, destacando-se o maior hospital público veterinário do Brasil, que fica aqui em Salvador, no bairro da Boca da Mata, que é uma referência para todo o país. Tem o Hospital Municipal de Salvador, o primeiro da história da capital, vai ter também o Hospital da Mulher, o Hospital do Homem e a maternidade, que está em conclusão. Com fé em Deus, até o final do ano, a Prefeitura Municipal de Salvador entregará essa importante obra.

A gente tem que lembrar também dos restaurantes populares, que já são sete na nossa capital, que ajudam demais àquela população mais vulnerável da nossa cidade, e da competência na construção de 52 novas escolas em um período de 4 anos. Gente, são 52 novas escolas, e são escolas com “E” maiúsculo, escolas com grande estrutura. Além da ampliação da rede de saúde da nossa capital, que já tem mais de 70% abrangida pelo Programa Saúde da Família.

Se deixar, eu falo por mais 15 ou 20 minutos só das realizações de Neto e de Bruno, aqui, na capital. Com certeza, o nosso partido União Brasil vai ter mais um mandato, aqui, na Prefeitura Municipal de Salvador, e também a maior bancada de vereadores de Salvador nessa eleição. Hoje, faltam pouco mais de 30 dias para a sua

conclusão, claro que tem o segundo turno em algumas cidades, mas eu acredito que, aqui, em Salvador finalizaremos a campanha no primeiro turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho, na tarde de hoje, a esta tribuna para expressar a minha total solidariedade à professora Lorena Pinheiro Figueiredo, essa mulher, médica que foi submetida a um concurso público, fez o concurso, ocupando o primeiro lugar entre as vagas destinadas às cotas. Portanto, Lorena passou no concurso para professora adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e, por uma decisão judicial injusta, teve o seu direito de ocupação dessa vaga revogado por uma liminar da Justiça.

Quero dizer que a política de cotas é uma política amparada na Lei nº 12.990, de 2014. Portanto, essa lei, que é uma lei federal, precisa ser respeitada, deputada Lucinha, por todos os tribunais deste país. Não é uma questão de interpretação da Justiça, do juiz ou de quem quer que seja, a lei é a lei, ela precisa ser cumprida. O Judiciário precisa respeitar as conquistas do povo brasileiro.

A política de cotas é uma política de correção de distorções e de exclusões que são históricas no país, que se alimentou da escravidão, que se alimentou do colonialismo e que estabeleceu e instituiu uma cultura estrutural que, na verdade, naturaliza um verdadeiro apartheid. É isso que acontece no Brasil: a população negra no subsolo da pirâmide socioeconômica, sem direitos efetivamente realizados, embora a lei diga que todas e todos somos iguais.

Então, a Constituição estabelece a igualdade e a Constituição também reconhece e criminaliza o racismo. E uma das principais medidas, talvez a mais efetiva, talvez não, a medida mais efetiva de correção de desigualdades históricas que se ancoram numa política racista, que atravessa séculos e séculos em nosso país, é exatamente a conquista da política de cotas nas universidades e a política de cotas no serviço público.

É por isso que eu quero aqui ratificar o manifesto lançado por 73 educadoras universitárias que estabeleceu um grito por justiça e que desencadeou toda uma repercussão na sociedade baiana. Nacionalmente, também, esse caso já repercute.

A Universidade Federal da Bahia cumpriu o seu papel de dar posse a Lorena Pinheiro Figueiredo, entendendo que ela é legitimamente, legalmente a professora que deveria assumir essa vaga, quando, de maneira arbitrária, apareceu uma decisão judicial que desconheceu e, portanto, derrubou esse direito legal, porque não levou em conta o direito de Lorena de ser indicada, considerando a política de cotas no serviço público.

Nós temos o dever de fazer valer a lei. Esse encontro que aconteceu, essa conferência sobre a África e a diáspora teve como pauta exatamente a necessidade de

criação de mecanismos que promovam as pessoas negras no Brasil, considerando todo esse passivo acumulado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que nos exclui e que nos desiguala.

Portanto, é a vida real batendo à nossa porta e exigindo do Legislativo, do Executivo e de todas as instituições que se manifestem a favor de que a lei da política de cotas não seja violada. Essa lei tem que ser garantida, sobretudo, pelo Judiciário, que precisa respeitar essa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) conquista histórica do povo negro brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, nobres colegas que nos acompanham nesta sessão de terça-feira, amigos da imprensa, amigos que ocupam as galerias, servidores desta Casa. Sr. Presidente, subo, mais uma vez, a esta tribuna – e já não me canso de subir – para trazer um assunto que me revolta a cada dia que passa, e eu acho que deveria revoltar todos os colegas, que é a concessão, à Viabahia, das BRs 116 e 324.

Por diversas vezes, ocupei esta tribuna trazendo os problemas, inúmeros problemas, desse contrato que foi assinado, em 2009, no governo da então presidente Dilma Roussef, mas um contrato que foi gestado e elaborado ainda no último ano do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008.

Esse contrato é a pior concessão pública existente no Brasil! Isso é apontado por diversos institutos de pesquisa, inclusive pelo próprio governo federal. Sr. Presidente, há 15 anos – já está debutando – que a Viabahia vem cobrando pedágio da população e não aplica os recursos arrecadados em contrapartida.

Nós perdemos a oportunidade de termos a BR-116 duplicada pelo governo federal, porque assim o fez em diversos outros estados, na expectativa de que essa concessão o fizesse, pois assim prevê o contrato, e, desde 2009, desde o início do contrato, que a concessionária não o cumpre.

No início, as obras obrigatórias para posterior cobrança do pedágio foram deixadas de lado, e eles começaram a cobrar o pedágio sem concluir essas obras. Depois das obras secundárias, as obras obrigatórias não foram concluídas, e, por conseguinte, as obras condicionadas, que seriam as duplicações depois de determinado número de veículos passantes por dia. Isso começou acontecer em 2012; em 2013, totalmente concluídas. Toda a BR-116 deveria estar já duplicada; a BR-324, com a terceira pista, Sr. Presidente; e a saída de Salvador, com a quarta pista, e nada foi feito.

O que nós vemos hoje é a BR-324 com diversos buracos. Tem um vídeo circulando, do último domingo, com mais de 15 veículos com pneus furados, enfileirados por conta dos buracos. Na BR-116, da mesma forma, crateras e diversos

acidentes com vítimas fatais. Ontem, mais um ônibus tombou na BR-324, ceifando as vidas de quatro vítimas fatais, e mais de 16 pessoas foram acometidas e estão em hospitais, algumas já liberadas. São mais de 16 feridos e quatro mortos.

E o que nós vemos é a Viabahia pisar na cara dos baianos, pisar na cara do governador, que ontem se solidarizou com as vítimas, mas não se solidariza com os passageiros que têm os seus pneus furados, que têm as suas suspensões estouradas, que têm as suas viagens atrasadas. Nós, aqui na Bahia, estamos passando vergonha com essa concessão, que já deveria ter ido embora há mais tempo, Sr. Presidente.

Se o governo da Bahia, se os deputados federais e se o governo federal, que é responsável por essa concessão e vem se omitindo, tanto o presidente da República quanto a ANTT, quanto o Ministério dos Transportes, que, a cada dia que vamos a Brasília, conta uma nova história, que está resolvendo, que vai resolver...

Nós já estivemos lá diversas vezes, o deputado Leur Lomanto tentou instalar uma CPI que sequer foi assinada pelos deputados baianos, mostrando que algo de errado há nisso, Sr. Presidente.

E começam a chegar denúncias, inclusive, de que empresas beneficiadas ligadas a parlamentares estão sendo atendidas pela Viabahia. Então, Sr. Presidente, o assunto é sério, nós precisamos de um envolvimento ainda maior do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual para identificar o que é que está acontecendo nessa concessão de 15 anos. É uma concessão que, só no ano passado, arrecadou R\$ 426 milhões, no ano de 2023, foram quase R\$ 1,2 milhão por dia que a Viabahia arrecadou do bolso do contribuinte. E eu já falei que vai chegar a hora em que a população vai quebrar as catracas e não vai aceitar mais pagar o pedágio.

É um absurdo, é um escárnio, um...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) descuido, uma negligência desta Casa, do Congresso Nacional, do governo federal e do governo do estado, que se omitem e se calam diante de tantos casos, Sr. Presidente.

Então, digo que, mais uma vez, vamos acionar o Ministério Público Federal para que tome as providências cabíveis e, como disse o deputado Eduardo Salles, talvez até prenda por crime contra a vida pelas pessoas que estão perdendo as suas vidas nas BRs-116 e 324 por conta...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) da irresponsabilidade dessa Viabahia.

É isso que eu trago, muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE: (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Samuel Junior. (Silêncio)

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está rouco?

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Não farei uso da palavra, Sr. Presidente.

Deputada Lucinha, vai falar?

A Sr.^a Lucinha do MST: Falarei, Sr. Presidente.

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Lucinha do MST.

A Sr.^a LUCINHA DO MST: Obrigada, presidente.

Gostaria, nesta Casa... Boa tarde, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, todos que estão nos acompanhando, imprensa, enfim, gostaria de fazer alguns registros nesta tarde, alguns registros relevantes com relação ao avanço do nosso governo no estado da Bahia. Mas, antes de fazer alguns anúncios e alguns informes, eu gostaria de lamentar profundamente a tragédia que aconteceu no nosso Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas, com a perda do pai e do filho por conta de um incêndio.

A gente sabe que o DPT já está acompanhando, a gente sabe que a nossa secretária Ângela, da Sepromi, também está acompanhando, em nome do governo do estado, todas essas agonias que acontecem no campo, principalmente quando é o caso do Quingoma, que envolve moradia.

Isso remete a esta Casa, remete ao conjunto das organizações políticas e das instituições da Bahia pela importância de pensarmos em programas que, de fato, atendam as pessoas que vivem e sobrevivem no campo, seja no quilombo, seja nas aldeias, seja nos assentamentos ou nos acampamentos, com moradias dignas. Que seja de fato... que a gente consiga construir o aconchego familiar também no campo.

Gostaria de me solidarizar também, de emparear, como a gente diz na roça, com a nossa deputada Olívia Santana e de manifestar profundamente tristeza ao ver que a nossa médica Lorena Pinheiro Figueiredo foi aprovada pela Lei de Cotas e homologada como primeira colocada no concurso para docente da Universidade Federal da Bahia, mas a segunda colocada entrou na Justiça e obrigou a Ufba, por meio de uma liminar, a chamá-la.

Isso infringe e fere toda uma construção política das organizações, dos movimentos negros, dos nossos governos para garantir essa reparação para o povo negro, principalmente no campo do ensino e no campo da universidade, no caso aqui, da universidade federal.

Então, reafirmo aqui o nosso compromisso com a defesa da lei de cotas e reafirmo a importância dessas políticas afirmativas que prometem e promovem a igualdade e a promoção de oportunidades para todo o nosso povo, principalmente a juventude negra.

Também, ao informar, reafirmo que ontem, com muita honra, eu participei de uma atividade com o nosso ex-ministro Nilmário Miranda que veio à Bahia. Olívia botou a mão na testa, mas você foi lembrada lá. Ele veio fazer o lançamento do seu livro *Por trás das chamadas – Mortos e desaparecidos políticos – 60 anos do golpe de 1964*, autoria de Carlos Tibúrcio, Nilmário Miranda e Pedro Tierra, organizado por Hamilton Pereira. O livro trabalha e realiza uma dolorosa investigação sobre o destino dos militares que resistiram ao golpe militar no período sombrio da história do nosso Brasil.

O livro revela os horrores cometidos na famosa Casa da Morte, em Petrópolis. Diga-se de passagem, Olívia, eles começavam os horrores na Casa da Morte, em Petrópolis, e os concluía com os corpos das pessoas que foram torturadas e espezinhadas na Casa da Morte. Eles desovavam os corpos na Usina Cambahyba, usina de cana de açúcar, no município de Campos dos Goytacazes.

E por ironia da justiça...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) esse espaço hoje, essa usina hoje, é uma terra ocupada pelo MST que vai produzir, lógico, com todo o respeito ao nosso povo que passou por esse horror, por esse tempo de horror no Brasil, vai produzir alimento saudável. Ali vai se construir novas relações de gênero e de classe, pensando no conjunto e na harmonia social do conjunto da nossa sociedade.

Ontem, pela manhã, tive a honra de participar dos anúncios do nosso governador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na área da educação da ordem de mais de R\$ 2 bilhões, anunciado para a segunda etapa do Projeto Construir para Educar, do nosso governador Jerônimo, do nosso governo, com a nossa secretária Rowenna.

Ali eu fiquei numa satisfação danada, porque era a inauguração de um colégio militar com uma banda e uma orquestra dos meninos estudantes. Mas, ali, estavam sendo anunciados a construção de colégios para quilombos e para as aldeias indígenas. Ali estavam também estudantes indígenas e estudantes quilombolas que irão se beneficiar com este novo Projeto Construir para Educar, do nosso governo no estado da Bahia.

Parabenizo o nosso governador Jerônimo, parabenizo a nossa secretária Rowenna e parabenizo o conjunto das nossas lutas que faz com que este nosso governo caminhe, a cada dia, na direção do fortalecimento das organizações populares e do fortalecimento, sobretudo dos povos do campo, das florestas e das águas.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo orador é o deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é muita alegria estar aqui, mais uma vez, nesta tribuna. Eu gostaria de pedir, aos Srs. Deputados, a atenção para este documento. Trata-se do (lê) “Projeto de Lei nº 25.458/2024, de minha autoria, que concede direito a horário especial de trabalho ao servidor público do estado da Bahia com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down ou demais transtornos e deficiências permanentes ou que tenha cônjuge, filho ou dependente nessa condição”.

Este projeto, Sr. Presidente, já está tramitando nesta Casa, inclusive, na Comissão de Constituição e Justiça. Eu até pensei que hoje o novo presidente da comissão pudesse limpar a pauta, mas não foi possível.

Então, eu faço um apelo aos Srs. Deputados para dar uma atenção a este projeto, porque é de suma importância. Peço aos Srs. Deputados. Vocês sabem da importância que é a atenção às famílias possuidoras de filhos autistas ou com síndrome de Down e outros transtornos. Há a dificuldade que os pais têm de ir para o trabalho. Muitas das vezes, eles não têm condições nem de comparecer ao trabalho para dar uma atenção ao seu filho.

Eu acho que cada caso tem de ser analisado. Evidentemente, muitos podem até achar que este projeto vai trazer um prejuízo para o estado, mas não vai porque, se o paciente tem uma atenção da família, isso já dá uma força para que a família, aliás, a própria mãe ou os pais possam ter condições de atender à necessidade dos seus filhos.

Vocês sabem que hoje o estado, a rede pública de saúde ainda não está 100% adequada para lidar com as famílias que têm tanto síndrome de Down como também autistas, não é? São deficiências permanentes que existem.

Nós tivemos, na semana passada, em Feira de Santana, para o aniversário da Apae, pois essa entidade presta relevantes serviços. Inclusive, o deputado Pablo estava presente, pois ele também já tem serviços prestados lá.

Àquela ocasião, eu até cobreí do deputado Zé Neto, atual candidato a prefeito em Feira de Santana, para ele ver, dentro da própria secretaria de estado, as emendas que eu coloquei para a instituição e para a necessidade da instituição.

A emenda já foi aprovada por esta Casa, deputado Rosemberg. São R\$ 117 mil. Os equipamentos já estão comprados, o estado já comprou. E por que não se entrega os referidos equipamentos? Sabem por que não se entrega? Porque o deputado federal José de Arimateia é oposição.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): É só você ir para a Base do Governo.

(O deputado Tiago Correia assume a presidência da Mesa.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Não, não, não. Não existe isso aqui.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Assim, deputado Tiago Correia, como é que pode?

São as emendas impositivas, deputado Rosemberg. O seu presidente, o nosso presidente da República atualmente é o Lula. Lá, não tem esse problema. Não tem.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Gostei do “nosso presidente”.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: É claro. Ele é o presidente dos brasileiros. Então, eu sou brasileiro. Eu não votei nele. Queira ou não queira, ele é o presidente. Votei no Bolsonaro e não me arrependo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, este projeto é de minha autoria, para o qual eu gostaria da atenção dos senhores. Solicito aos senhores a aprovação deste projeto. Claro, precisa do parecer da CCJ. A gente espera a sensibilidade dos deputados que compõem essa comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Para fazer uso da palavra, o deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, é uma alegria sempre reencontrá-los, mas especialmente porque a gente sabe de tantas demandas que o nosso estado vive. Precisamos sempre estar pautando e trazendo ao conhecimento de toda a população.

Mas, neste dia de hoje, eu me reporto, de maneira especial, para fazer um convite a V. Ex.^{as}. Campo Formoso é a minha cidade natal e é a cidade muito bem gerida pelo prefeito Elmo, que tem trazido diversos investimentos em todos os segmentos, mas que tem crescido muito na potencialidade do turismo.

Nos próximos dias, a partir do dia 5 de setembro, nós realizaremos lá a *5ª Feira de Pedras Preciosas e Artesanato* (Feppa), em Campo Formoso. A cidade é tão conhecida nacional e até mundialmente. Digo isso até porque, de mês a mês, a gente recebe diversas pessoas de outros países para comercializar. A gente aproveita para convidar todos os parlamentares e todo o povo da Bahia para participar da Feppa nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 2024, no município de Campo Formoso.

Na oportunidade, aproveito também para convidar, nessas mesmas datas, para o *3º Festival das Esmeraldas 2024*, a ser realizado com bandas de renomes nacionais. Será um prazer receber turistas, inclusive, tem a presença confirmada do ministro do Turismo participando desse evento.

Então, aproveitamos para convidar os Srs. Parlamentares, a imprensa e a população de maneira geral a se fazerem presentes nessas festividades.

Então, fica aqui a minha fala no dia de hoje, excepcionalmente para convidar todos os baianos e quem nos acompanha para participar desse evento de suma importância para aquele município, para toda região Norte, que é a *5ª Feira de Pedras Preciosas e Artesanato* (Feppa) durante o dia. E, à noite, para consagrar e para comemorar, haverá o *Festival das Esmeraldas*. Acompanhem as redes sociais do *Festival das Esmeraldas*, da Feppa, e toda a programação a se realizar nos próximos dias 5, 6 e 7 de setembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu agradeço, deputado.

Tenho certeza de que todos os colegas que puderem se fazer presentes estarão lá prestigiando não só aquele município tão querido, mas V. Ex.^a e sua família que têm uma tradição muito grande lá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. RICARDO RODRIGUES: Sr. Presidente, demais colega deputados e deputadas, eu quero dizer da minha alegria, nesta tarde de terça-feira, usando a tribuna inicialmente para agradecer a Deus, pois Deus é fiel. Eu passei por um momento difícil, momento delicado na minha vida. Eu quero também agradecer aos colegas deputados pela corrente de oração.

Meu amigo Luciano, o seu colega deputado foi ao Hospital Aliança, pois, no dia anterior, teve um desconforto. Fui fazer um exame de rotina. Lá, meu amigo Rosemberg, o médico fez um eco, um eletro e aferiu a pressão. Estava tudo normal.

A médica falou: “Sr. José Ricardo, o senhor está liberado.” Deus pegou na minha mão e falou para mim o seguinte: “Não saia daqui, porque você não está liberado, você não está bem.” E eu falei com a médica: “Doutora, eu não estou bem. O exame deu normal, mas eu gostaria que fizesse uma avaliação maior.” Ela respondeu-me: “Sr. Ricardo, vamos fazer um exame das enzimas por desencargo de consciência, mas você está bem.”

Para a minha surpresa, meu susto, quando fez o exame das enzimas, eu estava enfartado, estava enfartado. Em seguida, fui encaminhado para fazer um cateterismo. E, no cateterismo, verificou-se que eu estava com as três artérias comprometidas: duas, 100%; uma, 80%. O meu caso seria cirúrgico.

Deus, no momento certo, porque é fiel... Eu sou muito grato a Deus. Fui encaminhado e fiz a cirurgia de coração. Foram feitas uma safena, uma mamária e uma radial. Graças a Deus, estou recuperado e agradecido a Deus. Agora, no dia 5 de setembro, eu estou ficando mais velho, então é o momento de celebrar a minha vida, a minha saúde.

Eu sou muito grato a Deus. São 56 anos. Como eu comecei a caminhada com 55 anos, pois eu sou tão fiel ao meu partido, que eu tive 55 mil votos. Eu sou do PSD, 55. Completei, no ano passado 55 anos. Então, neste ano, eu vou fazer 55 mais um, ou seja, 56 anos.

Eu sou muito grato a Deus, porque Deus me deu a oportunidade de estar aqui ao lado de vocês, trabalhando pelos baianos e baianas. É só motivo de gratidão, gratidão a Deus.

Muito obrigado aos colegas deputados que se sensibilizaram e se uniram em oração, pedindo a Deus pela minha vida e minha saúde.

Também, nesta tarde de hoje, eu quero me solidarizar com o povo de Canarana em decorrência do acidente trágico que vitimou quatro pessoas, no transporte TFD. Que Deus possa consolar todas as famílias que perderam os seus entes queridos. A todos vocês, muito obrigado e um forte abraço.

Desejo que Deus continue nos abençoando para trabalhar pelos baianos e baianas.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Ricardo Rodrigues, queria dizer que V. Ex.^a goza do apreço e do carinho de toda esta Casa e de todos os colegas que acompanharam a sua recuperação ao mandar mensagens e fazer vídeos.

V. Ex.^a fez falta nas viagens da Comissão de Agricultura, mas esteve bem representado pelos colegas. Creio que V. Ex.^a esteve presente nas viagens anteriores. Os colegas Penalva, Manuel Rocha, Eduardo Salles e eu sentimos a sua falta. A alegria não foi a mesma, mas fizemos sempre questão de ressaltar o seu nome, como componente não só daquela comissão, mas desta legislatura, pois V. Ex.^a representa tão bem os municípios que o elegeram. O carinho por você é muito grande.

Seja bem-vindo de volta à Casa com toda a sua energia.

O Sr. RICARDO RODRIGUES: Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Em nome da Bancada da Base do Governo, queria dizer da alegria, Ricardo, de tê-lo retornando às atividades desta Casa. No dia daquele episódio, nós estávamos numa atividade política. Imediatamente as pessoas se deslocaram para lá, quer dizer, algumas pessoas, porque também não era interessante que fosse muita gente lá. Inclusive, o senador Otto Alencar, como médico, acompanhou essa visita, assim como o nosso governador. Depois, eu acho que todos os deputados chegaram a falar com sua esposa, acompanhando os passos que aconteceram até saber que você tinha feito a cirurgia e estava só se restabelecendo.

Então, gostaria de dizer que realmente você fez muita falta nesse período. Sem dúvida alguma, o seu retorno ajuda esta Assembleia, em especial, a contribuição que você dá na Comissão de Agricultura, o que já foi falado pelos colegas. Isso é sempre bom.

Aproveitando que o aniversário de V. Ex.^a será no dia 5 de setembro, então, desejamos toda a alegria que possa ter, mas deixe o mocotó e a rabada para os colegas, certo? Coma muita salada, muita fruta. E a cervejinha ainda não está no tempo, deixe-a para nós.

O Sr. Ricardo Rodrigues (fora do microfone): Valeu, obrigado. O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente e meu colega deputado Tiago, todos os meus colegas deputados, Deus abençoe todos vocês.

É uma alegria estar revendo o meu amigo Ricardo, essa grande figura. Tive o prazer, inclusive, lá em seu gabinete, quando foi feita uma recepção para recebê-lo novamente, estar lá também abraçando-o, fazendo uma oração e, sobretudo, agradecendo a Deus pela vida que ele continua concedendo. Isso é muito bom, a sua gratidão a Deus e a sua família.

Deputado Tiago, gostaria de falar que nós temos percorrido o nosso estado da Bahia, visitado algumas bases. Inclusive, no próximo sábado agora, se o deputado Euclides permitir, nós vamos chegar a Jequié para dar um abraço no meu amigo Zé Cocá. Aí é irmão. Um abraço para o meu amigo Zé Cocá.

Ontem, estive na cidade de Vitória da Conquista, abraçando a nossa prefeita e a próxima prefeita daquela cidade Sheila Lemos. Eu disse a Tiago e aos colegas deputados que a gente vê o seguinte: na Bahia não haverá segundo turno nas próximas eleições. Em todas as cidades, nós vamos ganhar a eleição, meu caro Júnior, no primeiro turno, a exemplo de Salvador e tantas outras cidades.

Mas, em especial, o que me fez subir a esta tribuna hoje, meu caro Nei, é para narrar um fato. E aí, deputado Rosemberg, o senhor, às vezes, quando faço um comentário, sempre pega um contraponto para falar. Eu vou lhe mostrar o vídeo. Na cidade de Várzea do Poço, governada já há muitos anos pelo PcdoB, partido da base que V. Ex.^a tem liderado nos últimos anos nesta Casa –, um pastor da nossa igreja esteve no posto de saúde acompanhando a sua esposa que não estava se sentindo bem e, quando chegou lá, não tinha médico para atendê-la.

O pastor, Júnior, fez uma gravação do vídeo fazendo uma crítica por não haver médico no posto de saúde para atender e também disse que iria para a cidade próxima, que é a cidade de Serrolândia, para que dessem atendimento à sua esposa.

Eu confesso a vocês que assisti ao vídeo algumas vezes para identificar algum tipo de maldade que o pastor pudesse estar fazendo e não consegui enxergar isso. Trata-se apenas de um cidadão que reside naquela cidade, que é filho de Várzea. Apesar de estar lá hoje como pastor, ele é filho daquela cidade. Ele já foi pastor em outras cidades da Bahia e a convenção o transferiu novamente para que, em Várzea, ele estivesse como pastor.

Como cidadão que não teve o seu direito assistido, ele fez uma crítica sem comentar o nome de prefeito “a” ou prefeito “b” e sem fazer nenhum comentário político, fez apenas a crítica porque não estava sendo atendido. Pasmem os senhores: no mesmo dia, ao final da tarde, um prefeito por nome de Carneiro, que salvo engano é o sobrenome dele, mas para mim é um verdadeiro bode, fez uma crítica absurda ao pastor, chamando-o de “vagabundo” e “pastor do demônio”.

Ora, será que esse deve ser um comportamento de um prefeito ao ser criticado pela sua gestão? É esse tipo de resposta que se dá a qualquer cidadão, ainda mais a um líder religioso? Quando digo a V. Ex.^a que o partido da esquerda não respeita o segmento evangélico, está aí a prova disso! Porque ele poderia ter dado outra resposta, como prefeito e gestor da cidade, a um cidadão que foi criticar a falta de médico em um posto de saúde.

Mas, eu me lembro, meu caro Rosemberg – o senhor que está prestando atenção e lhe agradeço por isso –, de um caso interessante. A Bíblia fala de um caso da vinha de Nabote. Nabote criava uma vinha e o rei Acabe botou no coração a ideia de comprar a vinha de Nabote. Só que Nabote, por ter tanto zelo pela vinha, disse que não a venderia. Então, ele arma um plano com a sua esposa Jezabel para dizer que o cidadão Nabote, que era um cidadão de bem e construiu a sua vinha, começou a colocar adjetivos que eram do reinado dele. O interessante é que o rei Elias descobriu o que estava acontecendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e amaldiçoou o rei Acabe e Jezabel.

Eu não quero amaldiçoar o prefeito, porque não me cabe a missão de amaldiçoá-lo, mas fica claro e evidente que esse prefeito não respeita o cidadão, muito menos um cidadão que é líder religioso e fez uma crítica à sua gestão. Ele já está terminando o mandato e é uma pena que aquela população de Várzea já tenha 2 mandatos com aquele elemento.

Ele poderia, quem sabe, deputado Rosemberg, apenas orientar o pastor...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e dizer que estava mesmo com essa deficiência de médico, como também procurar um médico no outro dia, mas não falar aquelas palavras tão pejorativas.

Então, fica o meu repúdio ao prefeito da cidade de Várzea do Poço.

Eu gostaria de ir pessoalmente na cidade, meu caro deputado Júnior... Inclusive, ele disse ao final do vídeo: “Pastor, nós dois vamos nos encontrar.” Eu quero dizer ao senhor, prefeito Carneiro, que se o senhor quiser encontrar um homem, pode vir a Salvador ou o senhor diz o dia que eu também posso ir aí. Não estou lhe ameaçando, como o senhor ameaçou o pastor, mas o senhor deveria respeitar as pessoas. Como representante desta instituição, eu não posso aceitar, de forma nenhuma, que um prefeito desmereça qualquer cidadão, muito menos um pastor da nossa cidade. Fica o meu repúdio.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Samuel Junior, acho que o repúdio é de todos que lutam contra o preconceito religioso. Não podemos aceitar isso, de maneira alguma, principalmente nos órgãos institucionais.

Em relação à menção que V. Ex.^a fez da visita, ontem, ao município de Vitória da Conquista, como conquistense, eu agradeço não só a sua presença, mas também a do deputado federal Alex Santana, que estiveram ontem ao lado da prefeita Sheila Lemos, prestando o apoio do Partido Republicanos, que, inclusive, tem como vice o Dr. Alan, o médico Alan. As afirmações que V. Ex.^a traz dessa possível vitória no primeiro turno já é esperada por todos, deputado Samuel, pois é isso que vem se apontando, principalmente, nas ruas de Vitória da Conquista. Eu tenho estado lá todas as semanas ao lado da nossa prefeita Sheila, que, com certeza, será vitoriosa no primeiro turno.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, representantes da imprensa que acompanham esta sessão. Mais uma vez, nós tivemos, deputada Fabíola, um movimento dos concursados, das pessoas que estão esperando na fila para assumir uma vaga na educação estadual como coordenador pedagógico ou como professor em sala de aula. A nossa reunião da Comissão de Educação estava cheia de professores e de professoras que estão na condição de cadastro de reserva. Depois de um concurso difícil, feito em 2022 e homologado em 2023, nesta Casa tivemos de fazer a prorrogação da validade do concurso, deputado Samuel. E o que acontece? As escolas tão bonitas que o governo do estado está fazendo em diversas

regiões... É claro que não se aproxima da quantidade, da totalidade da rede estadual, que nós contamos aos milhares. Eu acho que nós não conseguimos contar as centenas dessas novas unidades, mas, mesmo nessas novas unidades, nós temos um problema muito grave que é o miolo, é gente, é profissional para fazer educação.

Então, não dá para ficarmos investindo para que nós tenhamos apenas aparência de prioridade para a educação. São 1,5 mil educadores – como eu disse – que passaram por um processo de concurso para que se transformassem em profissionais de carreira que acompanham os estudantes, que passam por formação e dão retorno em sala de aula para esses estudantes. Não se trata desses contratos precarizados que só desrespeitam a categoria, que hoje está numa relação com aquela turma, acompanhando aquele grupo, mas amanhã acontece uma ruptura e vem outro profissional. Isso quando o profissional chega de imediato, porque muitas vezes não chega. Eu falo dos Redas e de outras modalidades de contrato que são precarizadas. Isso tudo faz com que a nossa Bahia tenha uma terrível dificuldade de sair dessa ostentação de ter um dos piores ensino básico do Brasil.

Quando olhamos para as necessidades, vemos que são mais de 8 mil Redas e 1,5 mil aposentados. Cerca de 1,5 mil profissionais estão na lista dos professores que estão esperando para serem convocados. Imagine! São 9,5 mil em necessidade e 1,5 mil esperando para serem chamados e o governo não se movimenta. Daqui a pouco teremos de aprovar outra prorrogação do prazo para convocação. Isso não deveria existir quando se trata de uma educação que está flagrantemente em crise.

Então, não adianta piscina, não adianta teatro, não adianta aparelho bonito se não temos profissionais qualificados na educação do nosso estado da Bahia. Esses profissionais, portanto, não vão se calar. Eles tentaram fazer um processo de mobilização na frente da secretaria e a polícia não deixou! Quer dizer, que estado é esse? Nós estamos em uma ditadura? O governador, que é professor, reprimindo, deputado Penalva, um processo de mobilização de gente que só quer trabalhar, que passou em concurso e quer servir bem a nossa Bahia numa área que é tão sensível e está tão combalida.

Então, queremos registrar o nosso repúdio a esse posicionamento e o posicionamento do Psol sobre a necessidade imediata.. Convocação já dos concursados de 2022!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Questão de ordem, deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, o horário do Pequeno Expediente já encerrou e gostaria de verificar o quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Samuel Junior. Então, gostaria de convidar a todos que se encontram nesta Casa para que venham registrar suas presenças.

Peço que zerem o painel e abram o tempo regimental.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu pedi a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, nós vamos para o Grande Expediente após a verificação de quórum? Não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Isso.

O Sr. Rosemberg Pinto: Olhe bem, eu tinha entendido que havia um entendimento, quando o deputado Samuel falou, de que ele não usaria, jogaria para depois e a gente seguiria. Mas, já que ele não entendeu assim e pediu verificação de quórum, logo após vamos para o Grande Expediente. O.k.?

Então, eu queria, presidente, aproveitar e pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes no Plenário para atender a uma verificação de quórum feita pelo deputado Samuel Junior.

Nós precisamos, hoje, votar os projetos de interesse da nossa sociedade baiana, inclusive aquele projeto da consensualidade, cuja urgência nós votamos. Por conta disso, gostaria de pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes, neste momento, para que possamos atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Samuel.

Eu queria aproveitar, inclusive, esses 3 minutos para dizer ao deputado Samuel que não é verdade que os partidos de esquerda, na Bahia, fazem discriminação às pessoas religiosas no poder. Em relação ao que V. Ex.^a falou sobre Várzea do Poço e a utilização de um determinado adjetivo, isso pode ser uma exceção. É cultural no interior a adjetivação das adversidades, mas não pelo fato de ser um partido ou um prefeito filiado ao PCdoB.

Há também uma outra questão, deputado Samuel. Eu respeito todas as religiões e a minha religião é a católica. Uma das prerrogativas da Igreja Católica é que, para assumir uma posição do Executivo, se renuncie, seja temporariamente ou definitivamente, às atividades pastorais. Um sacerdote deixa o sacerdócio para atuar na política, até para evitar essa contaminação. Eu sugiro que V. Ex.^a também leve esse posicionamento de se fazer escolhas, se achar adequado. Ou alguém coordena um processo religioso, ou alguém coordena um processo político, porque as duas posições viram contradições ou, às vezes, uma interfere na outra. Isso fere o processo da democracia. Senão eu fico, em nome de Deus, utilizando a organização política ou a organização política para a valorização da minha religião.

Eu só estou abrindo essa discussão para dizer a V. Ex.^a que não é verdade que os partidos de esquerda têm resistência às questões de escolha religiosa. Muito pelo contrário, os partidos de esquerda são os que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mais defendem as opções religiosas, sem nenhum preconceito. Eu sei o que é o preconceito de diversas instituições, inclusive da minha e da sua, contra as religiões de matriz africana. E nós combatemos, todos os dias, esse preconceito dentro da própria religião.

Então, presidente, eu...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) queria pedir aos deputados e às deputadas que se façam presentes, que seja marcado o tempo de 15 minutos para atender à verificação de quórum do nosso querido deputado Samuel Junior para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado Rosemberg.

Peço que zerem o painel.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum e gostaria de convidar a todos que se encontram nas dependências desta Assembleia, nos seus gabinetes, para que venham dar a presença no tempo de 15 minutos, por favor.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, eu já marquei presença.

É muito bonito o meu colega deputado Rosemberg pedir a questão de ordem e fazer o contraponto. Eu acho isso interessante.

Primeiro, deputado Rosemberg, eu não falei – conforme V. Ex.^a disse – dos partidos de esquerda da Bahia. Apesar disso, eu sempre continuo dizendo que as pautas do partido do qual V. Ex.^a faz parte, bem como da agremiação são sempre contrárias àquilo que nós acreditamos.

Agora, quando o senhor fala da questão de abuso de poder religioso, dessas questões em que o pastor não deve se envolver, normalmente essa é sempre a orientação que o partido de V. Ex.^a tem. Inclusive, em campanha, seu presidente disse que, quando estivesse eleito, colocaria o pastor no lugar dele e ainda disse que pastor era farofeiro. Está nos vídeos, está nos vídeos! Quer dizer, então, como sou pastor, eu não deveria estar na política?

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não foi isso!

O Sr. Samuel Junior: Pastor é para estar onde ele quiser, irmão. Para cá se vem através de voto. Então, V. Ex.^a tem o voto, eu tenho o voto e quem tiver o voto chega aqui.

O pastor de Várzea do Poço, como um cidadão que foi levar sua esposa para um pronto-socorro onde não tinha médico, gravou um vídeo fazendo a crítica por não haver médico e não falou absolutamente nada politicamente. Foi V. Ex.^a quem desviou o contexto. Agora, o que eu disse foi sobre o comportamento do prefeito do PCdoB, que vota com Bobô – inclusive falei até com Bobô, a quem tenho muito carinho e respeito –, de chamar o pastor de vagabundo e ainda dizer que o pastor era “pastor dos infernos”, era “pastor do Satanás”.

A pergunta que eu fiz a V. Ex.^a foi se esse deve ser o comportamento de um gestor público quando criticado, se é dessa forma que ele reage com as pessoas da cidade. Mas é muita coincidência... É muita coincidência, não é? O prefeito dessa cidade pertencer a um grupo político que governa aquela cidade há mais de 20 anos e ser do PCdoB, um partido que compõe a base de V. Ex.^a.

Essa foi a crítica que eu fiz e vou continuar dizendo: seja pastor, seja professor, seja líder do movimento espírita, seja aquele que é líder do movimento de matriz africana, se ele chegar na eleição, meu amor, que ele dispute a eleição. Se as pessoas que reconhecem o trabalho dele dentro daquela agremiação votarem nele, ele estará aqui como deputado, em especial, nesse caso, nas eleições municipais dos nossos municípios. Que as pessoas votem naqueles que entendam ser o melhor para representá-las.

Amém, meu amor? Deus lhe abençoe, lhe guarde e continue lhe abençoando.

O Sr. Rosemberg Pinto: (risos) Não, deputado. Meu querido pastor Samuel Junior, eu dei uma sugestão a V. Ex.^a. Eu acho...

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Mas V. Ex.^a fez comparação com a Igreja Católica...

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu acho... Eu acho que o pastor deve tomar a decisão que quiser, como em todos os segmentos. Tenho a mesma opinião sua, mas é lógico que fere a democracia quando alguém que se diz representante de Deus na Terra e cultua essa posição, vai fazer uma disputa. É natural que gera uma influência eleitoral nesse público, como acontece em vários outros segmentos.

Até pouco tempo, havia um debate no Congresso Nacional, que voltou agora, a discussão sobre os policiais militares, porque isso é algo em que há uma interferência do ponto de vista do resultado eleitoral, a pressão que é exercida sobre o cidadão por alguém com um outro poder, seja ele no campo da espiritualidade, seja ele no campo das armas. Então, há uma interferência muito grande. A sociedade, ela se sente ameaçada. Ou seja, no momento em que eu, como religioso, utilizo a posição de que se esse caminho não for o caminho correto e se a pessoa não seguir esse caminho vai para o inferno, eu mesmo sou o primeiro a não querer ir para o inferno. Eu não quero, de jeito nenhum, entendeu? Quero ir para o céu e para ir para o céu... Aí, a pessoa acaba aceitando determinada posição que nem sempre é a realidade dos fatos.

Mas veja bem, o que eu falei aqui, Samuel, foi porque eu não posso aceitar que seja colocado que os partidos de esquerda discriminam as religiões. Não é verdade isso, isso é coisa do passado, não é isso hoje.

O Sr. Samuel Junior: Foi verdade, foi, V. Ex.^a?

O Sr. Rosemberg Pinto: Há uma...

O Sr. Samuel Junior: Mas do passado distante ou no passado...?

O Sr. Rosemberg Pinto: Já no século XVIII, século XIX, certo? A minha igreja e a sua fizeram um desastre, fizeram um desastre na sociedade. Não foi pequeno o que nós fizemos com a humanidade.

O Sr. Samuel Junior: Mas V. Ex.^a está se referindo à igreja da qual V. Ex.^a faz parte.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu estou dizendo... a igreja, não. Estou falando da igreja porque a sua é derivação da minha, certo? É só voltarmos à origem... vou lhe indicar alguns livros sobre a origem da religião para que a gente possa debater esse

tema. A sua veio da minha. E nós fomos cruéis com a humanidade em nome da salvação, e essa salvação era a interferência na política.

Então, é bom para a sociedade saber, senão a gente fica falando aqui, achando que nós estamos debatendo um tema, e eu não quero, jamais, trazer de volta o que nós fizemos no passado. Nós temos de dar oportunidade às pessoas para escolherem os seus caminhos, as suas opções religiosas, e eu não posso creditar isso a uma posição partidária.

Então, eu quero aproveitar já, porque esse debate pode se estender, e convidar os deputados e deputadas para que se façam presentes aqui, para atender a esse pedido: deputado Adolfo Menezes, deputado Alex da Piatã, Binho Galinha, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Eduardo Salles, deputado Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marquinho Viana, Nelson Leal. Niltinho acaba de chegar. Já estava aqui há um tempo o deputado Zó. Só precisamos de mais um deputado. Deputado Tiago Correa já deu presença ali.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Atenção, Srs. Deputados, quórum restabelecido.

Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Com a palavra o deputado líder da Minoria Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, demais colegas, hoje eu fui surpreendido ao chegar aqui à Assembleia. Queria externar para V. Ex.^{as} um tema que realmente me preocupou, uma nota que saiu, emitida pela Assembleia: “A Assembleia Legislativa dispensa presença física de deputados em sessões com votação até o final das eleições, após uma reunião de líderes”.

Significa que foram líderes do Governo. Ninguém da Oposição foi convidado ou comunicado para participar de qualquer decisão. Qualquer decisão tomada aqui à revelia da Oposição, não concordarei.

Eu acho que a gente poderia sentar, como fiz com o próprio deputado Rosemberg na passada... Não concordo, é um absurdo o que o presidente Adolfo Menezes, junto com o deputado Rosemberg, está fazendo. A partir do momento em que botam líderes...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Eu? Eu? Eu?

O Sr. ALAN SANCHES: Se V. Ex.^{as} vão querer tratar dessa forma o jogo, eu jogo em qualquer posição, entendeu? Graças a Deus, desde o Clube dos Médicos, eu sempre era escalado para qualquer posição. Então, estarei pronto para qualquer posição. Agora, não tente fazer absolutamente qualquer acordo.

Existem aqui, amigos e amigas, algumas solicitações de empréstimo. O que vai acontecer?

Eu também gostaria de estar percorrendo os meus municípios, minhas cidades, aqui em Salvador, ou dando apoio aos nossos vereadores, aos nossos candidatos, mas, veja bem, quando o presidente da Assembleia, aliado do governo, quando o deputado Rosemberg, líder do Governo, os dois se reúnem e tomam a decisão de fazer uma sessão híbrida...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Quem disse que eu me reuni?

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Deputado Rosemberg... Eu gostaria de que parasse meu tempo, por favor.

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Por favor, vamos respeitar o horário do orador.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Mas ele está dizendo que eu me reuni com Adolfo.

O Sr. ALAN SANCHES: Com um aparte o deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Alan, é de estranhar. Está aqui no *site Política Livre*. Inclusive, está ali o deputado Tiago, que está presidindo a sessão. O presidente me informou que havia tido uma reunião com todos os líderes, com todos os líderes, hoje pela manhã. E eu confesso que pensei até que V. Ex.^a, que é o líder do bloco da Oposição, havia traído a bancada que V. Ex.^a dirige com muita maestria.

E quando eu vejo, agora, V. Ex.^a dizer que não estava presente a essa reunião, eu já me preocupei. A não ser que exista um outro líder do bloco de oposição e eu não tenha conhecimento, nem V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu sequer fui comunicado ou convidado...

O Sr. Samuel Junior: Mas o presidente falou que esteve pela manhã com os líderes.

O Sr. ALAN SANCHES: Se ele falou isso, o presidente da Assembleia faltou com a verdade. Se ele falou isso para V. Ex.^a, eu estou dizendo aqui que ele faltou com a verdade.

O Sr. Samuel Junior: O deputado Tiago estava presente. Deputado, V. Ex.^a não estava na hora?

O Sr. ALAN SANCHES: Eu não vou permitir que ele ou ninguém utilize meu nome.

O Sr. Samuel Junior: E agora, no *site Política Livre*, está dizendo que a Assembleia vai fazer de forma híbrida. Então, eu não sei se o deputado Tiago, que também é líder de um bloco, mesmo que seja do bloco partidário, esteve presente à reunião e representou V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado, V. Ex.^a foi convidado?

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): De maneira alguma, Srs. Deputados. Hoje, de manhã...

O Sr. Samuel Junior: Então, quem foram esses líderes que o presidente reuniu?

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Samuel, hoje, pela manhã, na reunião da CCJ, que começou às 10 horas, na qual eu estava presente, e o vice-presidente, de nossa bancada, nosso amigo Júnior Nascimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) se ventilou que haveria um almoço da bancada do Governo, que eu não sei se houve. O deputado Rosenberg disse que houve. Talvez tenha sido tomada essa decisão durante esse almoço. Mas não houve nenhuma reunião, nenhum convite, nenhum chamamento para que os líderes se encontrassem.

O Sr. ALAN SANCHES: Inclusive, o meu telefone estava ligado, e mesmo que não estivesse – só para eu terminar o raciocínio, deputado –, eu teria recebido alguma mensagem, ou da Assembleia ou do presidente Adolfo Menezes.

O líder da Oposição sequer foi convidado, nem comunicado, para participar de qualquer decisão que modificasse o Regimento desta Casa. Foi feito à revelia e apenas com... eu não digo os deputados, porque eu tenho certeza, deputado Rosenberg, que os deputados, os líderes, não foram convidados também, mas que V. Ex.^a, com certeza, não tenho dúvida, foi convidado ou estava na reunião. Não sei, porque eu não estava e nem fui convidado.

Mas, dessa forma, o que eu quero dizer é o seguinte, é uma covardia fazer isso com a Oposição, isso é uma covardia.

O Sr. Rosenberg Pinto: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Deixa-me terminar que eu darei. Tenho 25 minutos.

É uma covardia fazer isso com a Oposição. Por que eu digo isso? Porque o instrumento legal, regimental que nós temos é justamente utilizar aqui, o Plenário para chamar para as discussões, inclusive a solicitação do quórum regimental, porque, dessa forma, eu vou solicitar que o deputado Radiovaldo esteja presente, que o deputado Luciano esteja presente.

Mas amigos, amigas, eu compreendo absolutamente tudo do jogo, eu compreendo todos os caminhos da política, eu não tenho problema com isso, mas fazer algo que é uma covardia com a Oposição, tirar o único instrumento que nós temos que é usar o Plenário e ainda informar que eu, como líder da Oposição, estava presente! Depois de V. Ex.^a, deputado Rosenberg, o maior líder é o da Oposição, depois os líderes partidários ou dos blocos. E eu, como líder, sequer fui comunicado, sequer fui convidado ou recebi um telefonema.

O que eu acho é que querem fazer uma dicotomia: a gente vai decidir tudo e a gente vai utilizar os 43 deputados que nós temos e vamos passar por cima.

O Sr. Samuel Junior: A não ser que tenham informado a V. Ex.^a pelo X.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas não pude acessar o X porque Alexandre Moraes bloqueou.

Agora, falando um pouquinho mais sério, deputado Rosenberg, não há necessidade disso, não existe necessidade disso, porque todos nós estamos, digamos assim, no mesmo barco, no mesmo navio, todos nós defendendo os nossos candidatos,

os candidatos que nós estamos apoiando. Todos precisam estar em suas regiões, nos seus municípios, nas suas cidades ou aqui, fazendo as caminhadas, como o deputado Penalva tem participado de várias aqui, com o nosso Bruno Reis e Ana Paula, mas não há necessidade de passar por cima da gente e tirar o único instrumento legal que nós temos que é utilizar este Plenário, fazer a solicitação de quórum, se inscrever na discussão. Vai-se fazer uma coisa híbrida, sabe o que vai acontecer? “Deputado Penalva, deputado Penalva, deputado Penalva?” “Caiu.” “Não, eu desliguei.” Ele não vai falar. “Ah, eu não vi, deputado.”

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado, V. Ex.^a, que ainda tem 16 minutos, pode me conceder um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Concederei. Vou considerar, mas eu acho que V. Ex.^a pode falar... não sei se poderia, regimentalmente, V. Ex.^a falar daí, mas eu acho que não há problema, não.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Alan, o Regimento diz que o aparte V. Ex.^a dá a quem quer. O horário é de V. Ex.^a não é por ordem de inscrição, não. O aparte, V. Ex.^a dá a quem V. Ex.^a quiser.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Alan, como presidente desta sessão e como presidencialista, eu me concedo o aparte.

O art. 86, deputado Alan, do nosso Regimento Interno diz...

O Sr. ALAN SANCHES: Rosenberg, Rosenberg...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): O art. 86, deputado Alan...

O Sr. ALAN SANCHES: Rosenberg, Rosenberg...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): (...) do nosso Regimento, no seu capítulo I, diz que as sessões são: preparatórias, as que precedem a instalação de cada legislatura ou a inauguração dos trabalhos; as ordinárias, realizadas no horário regimental para o exercício das atividades específicas do Poder Legislativo e para o trato das proposições; e as extraordinárias, com o mesmo objetivo das ordinárias, realizadas, contudo, fora do horário ou dos dias regimentais.

No parágrafo único, ele traz que as sessões ordinárias e extraordinárias funcionarão com a presença mínima de um terço dos deputados, e as especiais e solenes, com qualquer número. Não existe nenhuma prerrogativa dizendo que ela pode ser mista. Então, eu acho que essa decisão... não sei se foi tomada ou aprovada pela Mesa, mas o presidente já está aqui, no recinto, e poderá nos tirar a dúvida. Presidente, gostaria de que assumisse a sua cadeira.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Rosenberg com o aparte.

O Sr. Rosenberg Pinto: Oi, oi.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Rosenberg, só para esclarecer, o que eu entendo do Regimento com a questão de... até para, digamos assim, esclarecer para todos os deputados, o aparte é dado se eu quiser, mas a partir do momento em que eu não der a V. Ex.^a, que se inscreveu primeiro, se eu ouvir o pedido, eu não poderei dar a outro.

O Sr. Rosenberg Pinto: Exatamente.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas eu não tinha visto V. Ex.^a pedir o aparte, por isso que eu dei a Tiago e agora... (Risos)

O Sr. Rosenberg Pinto: Não, sem problema. É que o meu Regimento é um pouco diferente do de Samuel. (Risos) Mas, olha... brincadeira, viu, deputado Samuel?

Alan, como V. Ex.^a falou que foi uma reunião entre o presidente e o líder Rosenberg, e se tomou uma decisão, primeiro, eu disse ao deputado Samuel, que pautou essa questão, que nós não podemos ser pautados pela imprensa em uma questão interna como essa.

Eu não vi, na matéria da imprensa, nenhuma fala do presidente e nem de nenhum deputado. O que, de fato, aconteceu: nós fazemos uma reunião mensal das lideranças da Base do Governo, e nessa reunião de hoje, um almoço, alguém levantou a informação de que havia diversas assembleias que estavam no sistema híbrido em função das eleições. E esse tema foi debatido com os líderes.

Todos aqui conhecem o deputado Adolfo. Ele não é um parlamentar que usa a presidência de forma autoritária. Ele ouviu e, ao sair, conversou com todos e disse: “Vamos conversar com o deputado Alan”. Certamente que tem uma regra para se tomar uma decisão como essa, que é no mínimo conversar com a Mesa Diretora da Casa. Então, eu acho que houve, na minha opinião, uma precipitação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) numa matéria que saiu vinculada na imprensa. Outra coisa é que não foi uma conversa minha e do deputado Adolfo, foi uma reunião que nós temos todos os meses, e, coincidentemente, hoje, o deputado Marcelinho chegou lá, era tão aberta que ele a acompanhou. Ele não estava representando a Oposição, porque nós não temos nenhum problema, não fizemos nenhuma discussão.

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Perfeito.

O Sr. Rosenberg Pinto: Então, certamente o presidente seguirá a posição da Maioria, que foi nesse sentido de híbrida, mas cabe ao presidente fazer o trâmite que regulamenta isso na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, deputado Rosenberg, Srs. Deputados, eu me ausentei um pouco, porque o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Chico Netto, estava em nosso gabinete.

Deputado Alan, eu acredito estar se criando uma celeuma totalmente desnecessária. Nós tivemos uma reunião de líderes, lá foi cogitada essa opção. Nós tivemos o cuidado de ver como isso estava no Brasil inteiro. É claro que nós temos a nossa independência, mas praticamente o Brasil inteiro, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Amapá, Mato Grosso do Sul, Ceará, praticamente todas as assembleias do Brasil já tomaram essa decisão. Então lá isso foi cogitado, foi falado pela deputada Ivana Bastos, que é até da Unale, e eu disse: “olha, o deputado Alan... vamos levar ao Plenário”. Então, eu não vejo por que essa celeuma. Não é a maioria que manda?

a gente coloca em votação. Se não quiserem, sem problemas, continua da forma como está. O.k., deputado?

Então acredito que não precisa perder tempo. Houve um ruído, ninguém quis passar por cima de liderança. Eu mesmo disse: “olha, Alan não está aqui, na sessão a gente conversa a respeito.” Aqui se decide como sempre se decide, com a maioria, se querem ou não, sem problemas.

O Sr. ALAN SANCHES: Presidente, eu já externei isso em outros momentos, vou externar novamente, a forma sempre democrática como V. Ex.^a tratou essa Oposição nos seus dois mandatos como presidente aqui desta Casa. Muito me estranhou que fosse emitida uma nota pela própria Assembleia informando ao site que seria dessa forma.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, V. Ex.^a tem de procurar quem informou ao site, este presidente não foi, qual foi a nota que saiu? Eu não tenho conhecimento.

O Sr. ALAN SANCHES: O nome está lá: “sujeito indeterminado”. (Risos) Mas, sendo assim, o que eu quero dizer, V. Ex.^a, é claro. Eu já disse aqui, e vou externar novamente, eu não participei. Disseram que V. Ex.^a falou que eu falei. Eu disse: “se ele falou, ele faltou com a verdade, porque eu não estava, Adolfo sequer me ligou, ele sempre me liga, às vezes a gente precisa de alguma coisa, de falar um com outro, a gente sai falando...”

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: este é um tema extremamente delicado, eu vou externar aqui a minha opinião sem conversar com a bancada. A minha opinião é que nós podemos, sim, fazer a sessão híbrida quando não tiver votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: O texto não diz isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas o texto não foi oficial, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso mesmo foi falado lá, não vai haver votação.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas por que eu trouxe o tema? porque esse é o tema que chegou à minha bancada e a bancada me questionou. Então eu falei: “não estou sabendo.” Quando eu fui ler, pois pela manhã eu estava atribulado e não tinha entrado nos sites ainda, então eu vi. A minha opinião – não é a da bancada ainda, pois a gente não conversou sobre isso, só naquela época há mais ou menos uns 20 dias –, é que podemos sim fazer híbrida, mas que as votações sejam presenciais. Eu concordo com isso. Eu tenho certeza de que os colegas vão concordar.

O nosso problema é que a gente, de forma alguma, ... V. Ex.^a sempre foi extremamente republicano e democrático, permitindo e assegurando o espaço da Oposição, dessa forma V. Ex.^a iria nos tirar, iria retirar, justamente a única arma que nós temos, o debate, a obstrução aqui no Plenário, mas dessa forma acho que já está esclarecido.

Quero agradecer mais uma vez a sua conduta e ao deputado Rosemberg também, porque quando a gente está mais exaltado e V. Ex.^{as} começam a perceber... eu já conheço Rosemberg há algum tempo, ele fala mais manso ainda, fala com mais calma ainda para baixar a temperatura. O bicho é danado. (Risos)

Mas vamos trazer um outro tema. Hoje, eu estava em casa e comecei a refletir sobre estes empréstimos que agora chegam à Casa. São mais de dois empréstimos. A gente vai chegar ao número de 12 empréstimos em 18 meses de mandato, 12 empréstimos em 18 meses de mandato. Façam a conta, não é mais um a cada 2 meses, V. Ex.^{as} vão perceber que vai ser quase um por mês. O planejamento do governo é uma solicitação de empréstimo por mês.

E o que aconteceu? Uma das coisas que vocês podem observar está acontecendo em diversos municípios, em Santo Antônio de Jesus não foi diferente. O governo do estado... Conselho se dá a quem pede, mas eu queria mandar um conselho, se o governador quiser aceitar, ele aceite, se não, ele diga que não pediu meu conselho.

O governador do estado não pode simplesmente liberar um asfaltamento de uma cidade, o que eu acho ótimo, eu acho ótimo, tem de asfaltar se puder asfaltar, inclusive, a zona rural, tem diversos lugares que a gente precisa acessar, como temos em Alagoinhas, como temos em Araçás, como temos em qualquer região e em qualquer município, mas a metodologia que o governador tem feito está errada. O governador do estado parece que fica com raiva das pessoas que não votaram com ele no passado. Ele se esquece de que pode... aí vem o conselho: Governador, V. Ex.^a pode tentar conquistar aqueles que não votaram com V. Ex.^a, não é simplesmente dizer: “Eu não quero, eu não vou.”

Vou dar um exemplo de Santo Antônio de Jesus sobre que ele fez. Lá, a chibata está entrando, já entrou. A marreta já foi na cabeça da Oposição ao município e não adianta fazer o que ele fez. Deputado Samuel, ele chegou...

A Sr.^a Fátima Nunes (fora do microfone): Atenção ao linguajar, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Não, chibata é chibata. Pá! Chibata. Marreta é marreta.

(O deputado Alan Sanches faz movimento alusivo a uma chibatada.)

O que aconteceu lá? Ele não foi sequer – não estou dizendo para pedir autorização – comunicar à maior autoridade municipal de Santo Antônio de Jesus, que tem 104 mil habitantes, em torno disso, 102 mil a 104 mil habitantes. Ele sequer informou, não. Ele chamou o grupo dele, da Oposição, e mandou anunciar que estaria ali asfaltando.

Não há necessidade disso, a gente precisa respeitar as instituições. Não é porque ele é o governador e o outro é o prefeito que ele não precisa sequer encaminhar um ofício. Que se mande encaminhar um ofício do quarto escalão para o prefeito da cidade dizendo que vai ajudar o município asfaltando-o, joia! Mas dessa forma, porque ele é PSDB e o prefeito não é aliado, não se vendeu ao governador. Ele precisa tratar dessa forma? Ele esquece que.. Eu sempre disse aqui que o governador é uma pessoa extremamente dócil, extremamente do bom trato, mas comecei a perceber que não é, que não é, absolutamente.

Inclusive, no São João, quando ele foi lá com o grupo da Oposição e nós estávamos com o prefeito, ele sequer me cumprimentou. Eu disse: “eita, eu acho que a marreta pegou”. Ele sequer disse: Tudo bem? Isso é educação, mas para mim, se não quer falar, não posso fazer nada. Continuarei da mesma forma que sou, porque existem coisas que são princípios. Eu tenho o princípio da educação, de falar. Acho que ele nem deveria fazer daquela forma na Sapucaia, na zona rural, mas também não vem...

Mas, governador, pare com isso de dizer que só vai com aqueles que votaram com o senhor. Pense assim, mas não precisa externar, porque aquela pessoa, aquele prefeito que está ali, naquele momento, não é apenas uma pessoa, é o representante daquela cidade, governador, e precisa de consideração, precisa de respeito. Não é dessa forma, utilizando esses empréstimos daqui para asfaltar todas as cidades. Eu quero que as asfalte, hein! – eu quero que as asfalte. Eu acho que é disso que a gente precisa, mas não é dessa forma.

A metodologia, governador do estado Jerônimo Rodrigues, está errada, está mal-educada. V. Ex.^a não está respeitando as instituições, governador. (Pausa)

Meu amigo querido deputado Rosemberg, obrigado pela água.

Mas, falando nisso, gente, não há necessidade de agir dessa forma. Nós sabemos quem o governador apoia em cada município. Ele não fica em cima do muro, ele assume a posição dele sempre. Então não precisa disso. Façam assim: “Quero comunicar ao Sr. Prefeito que encaminharemos ‘x’ toneladas de asfalto ou a pavimentação da rua ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’.” Pronto. Ele não precisa convidar as pessoas para estarem em seu palanque, porque muitos não estarão, mas não é dessa forma.

Eu acho que o respeito às instituições deve sempre prevalecer. É assim que eu faço com meus colegas aqui, por mais que eu tenha um pensamento e Cláudia Oliveira, nossa querida amiga deputada, por exemplo, tenha outro pensamento, mas eu a respeito. Eu não preciso concordar com Cláudia, mas eu tenho de respeitar o que Cláudia pensa.

Então, sendo assim, o governador precisa evoluir um pouquinho nesse trato com as instituições, com as prefeituras. Ele é governador de todos. Os 417 municípios existem e têm representantes, aos quais ele precisa, no mínimo, se dirigir, encaminhar um ofício, fazer uma ligação, alguma coisa, e não simplesmente estarem à revelia da maior autoridade de todos os municípios.

Eu dei um exemplo de Santo Antônio de Jesus, mas eu tenho certeza de que está acontecendo com outros municípios também, mas eu quero deixar claro, Sr. Presidente: desejo que ele continue asfaltando e pavimentando diversos municípios, porque nós sabemos do sofrimento que o nosso povo da Bahia passa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton vai falar?
(Intervenção fora do microfone.)

Quanto tempo?

O Sr. Rosemberg Pinto: Qual o tempo agora?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O último tempo.

Então, o tempo do PSD.

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado Robinson Almeida falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida por 8 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, membros da imprensa que cobrem esta sessão, cidadãos que nos acompanham pelas galerias e pela transmissão da TV ALBA, hoje saiu uma notícia muito importante para o nosso país: o resultado do produto interno bruto (PIB) do último trimestre.

O PIB cresceu 1,4% e a estimativa do mercado era que o PIB não chegaria a 1% nesse trimestre. O que faz com que a expectativa seja que o PIB alcance ou supere a marca dos 3% no ano de 2024. Esse é um motivo de alegria para todos nós, Depois de 1 ano e meio de trabalho intenso, diário, do presidente Lula, o Brasil voltou a olhar para o povo brasileiro. Todos os indicadores econômicos apontam melhoras significativas. Essa é a notícia que alegra todos nós, porque quando a economia vai bem, isso significa que há mais renda para as famílias, significa que a inflação está controlada e que o desemprego está em baixa.

Só para comparar, quando o presidente assumiu em 1º de janeiro de 2023, a taxa de desemprego que ele herdou foi de 9,3%. E, agora, no mês de agosto, essa taxa é de 6,8%, uma das menores da história, deputado Zé Raimundo. O presidente Lula baixou o desemprego no Brasil a uma das menores taxas de toda a história.

Além disso, a inflação que em 1º de janeiro de 2023 era de 5,79% baixou para 4% em 2024; a renda per capita era de R\$ 1.625 em 1º de janeiro de 2023, agora, em 1º de julho, é de R\$1.848.

O ranking do Brasil no PIB, quando o presidente Lula assumiu o seu terceiro mandato, o Brasil ocupava a 12ª posição. Agora, o Brasil é o 8º país no *ranking* do PIB internacional. É ainda significativo que, como consequência das políticas sociais, o Brasil tinha 33 milhões de pessoas no mapa da fome, e esse número, depois de 1 ano e meio, foi reduzido para 9 milhões.

Então, eu quero parabenizar o presidente Lula que, em 1 ano e 7 meses, reconstruiu o nosso país, controlando todos os indicadores da economia, voltando às políticas sociais: o Programa Minha Casa, Minha Vida; o Programa Mais Médicos, ao Programa Farmácia Popular. Ele assegurou Orçamento para o maior programa de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família; anunciou programas importantes na educação como o Pé-de-Meia, para garantir o acesso e a permanência dos nossos meninos... e o ingresso no ensino superior; autorizou a criação de mais 50 instituições federais de ensino superior em todo Brasil. A Bahia foi também contemplada com seis unidades.

Então, o presidente Lula chegou chegando. O Brasil retomou a rota do desenvolvimento. O Brasil agora é respeitado em todos os cantos do mundo.

Novamente, nós podemos falar que Lula é o cara. Lula é o cara, botou para quebrar. O Brasil não tem saudade nenhuma do último governo, o governo do genocida, que deixou, entre outros legados, outras heranças malditas, um país destruído, que o presidente Lula está reconstruindo.

Mas Sr. Presidente, eu também quero comunicar que, em Feira de Santana, está ocorrendo uma grande polêmica devido a um jingle gravado pelo cantor Igor Kannário em apoio ao candidato Zé Neto. O jingle desse músico, desse artista, na sua letra afirma que Zé Ronaldo é Colbert.

Na eleição passada, o Kannário esteve do lado de Colbert, agora ele afirma também na letra que trocou de Zé. Para espanto de todos, o candidato Zé Ronaldo entrou na justiça para censurar o jingle, ele pediu que retire a sua associação com o Colbert. Ele quer dizer ao povo de Feira e ao povo da Bahia que ele não é aliado a Colbert, que ele não é associado a Colbert, mas todo mundo sabe que Zé Ronaldo largou o mandato dado pelo povo de Freira em 2016 para disputar o governo do estado e o passou para Colbert, que era seu vice. Em 2020, subiu ao palanque para defender o prefeito Colbert em sua reeleição.

Ele é cúmplice e responsável, até porque os secretários de Ronaldo são os mesmos secretários de Colbert. Colbert afirma que Zé Ronaldo tem cargos no governo e que manda no governo. Então, todo mundo sabe disso, mas Zé Ronaldo quer tapar o sol com a peneira, dizendo que não quer o seu nome associado a Colbert.

Não adianta fazer essa tentativa de esconder a verdade, porque a verdade aparecerá. Infelizmente, agora, Zé Ronaldo ganhou um novo apelido, é aquele tipo de situação que, quando você fica contra um apelido, ele acaba pegando. Agora Zé Ronaldo é “Zé de Colbert”. Não existe outro nome para dar a ele, e é um nome justo que foi batizado pelo cantor Igor Kannário, e a população de Feira abraçou como um nome mais próprio.

Deve perder na Justiça essa tentativa dele de censurar, de intimidar o óbvio. Revela o desespero em uma disputa em que há um cansaço pelo mesmo grupo estar há 24 anos governando a cidade, com a desaprovação de 75% da população em relação à gestão de Colbert. E Zé Ronaldo está fugindo de Colbert como o Diabo foge da cruz. Colbert tornou-se um leproso diante de Zé Ronaldo.

Mais dignidade teve o deputado Pablo, que é vice de Zé Ronaldo. O deputado Pablo levou, ontem, Colbert para a inauguração do comitê do seu candidato a vereador. Pablo não esconde Colbert. Quem tenta esconder Colbert da campanha é Zé Ronaldo, e é uma atitude indigna. Ele deve respeito a Colbert, que deixa a máquina a serviço da sua campanha. Ele quer usar a máquina de Colbert, mas quer passar para a população...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que ele não tem nada a ver com a atual administração que faliu a cidade! A saúde não funciona; os postos não têm médico, não têm enfermeiro, não têm remédio, não têm exame, não têm consulta; o BRT, que é a maior fraude do transporte de massa da história do Brasil, liga nada a lugar nenhum!

E já deu. O tempo dessa turma já deu, e nós vamos viver tempos novos em Feira de Santana com o time de Lula, liderado por Zé Neto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton.

O deputado Hilton está? (Silêncio)

No tempo do PSD/PDT, pelo tempo de 8 minutos!

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, usarei os 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidoras, servidores, imprensa, visitantes, presidente, eu ouvi atentamente o deputado Alan quando ele falou sobre a questão dos empréstimos encaminhados pelo Executivo.

No decorrer da semana, eu fiquei muito feliz porque, se tem uma pessoa, deputado Marcelinho, por quem eu tenho um carinho e um respeito como técnico – ele já até foi da política, mas ele mesmo disse no programa de Mário Kertész que é nessa parte técnica que ele se reconhece –, é o secretário da Casa Civil da cidade de Salvador, querido amigo Carreira.

Ele, na sua entrevista, deputado Alan, fala sobre a importância dos empréstimos para estados e municípios que tenham capacidade de endividamento, para que possam antecipar investimentos para os municípios e para o estado. E ele relatou, deputado Alan, que, no primeiro governo do ex-prefeito ACM Neto, ele foi convidado para trabalhar no sentido de encontrar recursos capazes de reordenar a cidade de Salvador, que vinha de uma gestão que era questionada por muita gente.

Então, ele disse que avaliou a capacidade orçamentária, a capacidade de velamento do município de Salvador, e desenvolveu diversos projetos para a capital lastreado nos empréstimos que a Prefeitura de Salvador fez para sair da situação em que se encontrava a partir do governo que o antecedeu.

Então, não pode ter uma medida para um e uma medida para outro. E, como já disse diversas vezes aqui, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul gostariam bastante de ter a capacidade para tomar empréstimo que tem a Bahia.

A Bahia, se tivesse que zerar a sua dívida, precisaria de 0,36% do seu Orçamento; o estado de São Paulo precisa de 3,5% do Orçamento para zerar sua dívida; o Rio de Janeiro, 5% do Orçamento. Por que o governador Jerônimo Rodrigues não deve aproveitar essa capacidade que tem o governo do estado para apresentar programas que estão lastreados a partir desses empréstimos?

Aqui nós fizemos, e o ex-deputado Carreira disse uma coisa: que nós não temos que estar lastreados em um discurso meramente solto de empréstimo, tem que estar, no programa, que esse empréstimo serve para fazer o desenvolvimento. É por isso que nós aprovamos aqui o empréstimo para o Sertão Vivo, para que pudéssemos dar

condição de o Sertão produzir de forma sustentável, para desenvolver a vida das pessoas que teimam em permanecer no Sertão da Bahia.

Nós fizemos um outro empréstimo para lastrear aqui um programa de defesa da Mata Atlântica, deputada Cláudia. V. Ex.^a será, mais uma vez, prefeita da cidade de Porto Seguro e sabe o quanto é caro mantermos vivo aquele resto de Mata Atlântica que foi destruído e nós estamos tentando recuperar.

Foi o governador Jerônimo Rodrigues que apresentou o programa Parceiros da Mata, lastreado no empréstimo aqui, para dar sustentabilidade e gerar renda para as pessoas desenvolverem seus arranjos produtivos junto da Mata Atlântica, preservando-a, sem necessidade de destruí-la.

Então, eu tenho muita tranquilidade de hoje vir aqui dizer: vamos, sim, tomar os empréstimos para que possamos garantir que a Bahia cresça e se desenvolva com capacidade orçamentária para cumprir os seus compromissos.

Ainda hoje, deputado Adolfo Menezes, nós vamos apreciar aqui... O governador mandou um empréstimo de R\$ 616 milhões com o objetivo de assumir as contrapartidas do PAC da Aceleração. Para que possamos ter o desenvolvimento a partir dos investimentos do governo federal, o governo estadual tem que fazer a sua parte, deputado Eduardo Salles. E, para fazer a sua parte em todos os segmentos, também tem que estar lastreado em um grande programa, e está aí os R\$ 616 milhões para fazer o investimento no Oeste, para fazer o investimento no Sul da Bahia.

O Sul da Bahia, hoje, vive uma mudança significativa em relação ao que era há 30 anos. E nós temos que entender que dois segmentos sustentam a vida desse estado: o agronegócio, com a exportação de commodities, e a agricultura familiar, que bota comida na mesa das pessoas. Nós temos que estar atentos para esses dois segmentos.

Eu vi aqui, deputada Lucinha, um deputado fazer uma crítica ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. É porque ele não sabe o que é...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ter a necessidade de se sustentar e a necessidade de sustentar as pessoas produzindo alimentos. Às vezes, ou na ignorância, ou na má fé, as pessoas vêm aqui e fazem críticas ao Movimento Sem Terra.

Por isso, presidente, eu não tenho nenhum problema com os dois empréstimos que foram colocados recentemente, alinhados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o pensamento do ex-deputado Carreira, que é o secretário da Casa Civil de Bruno Reis. São investimentos, antecipação de investimentos a juros subsidiados, para aproveitar a capacidade de endividamento do governo do estado da Bahia e melhorar a vida dos baianos e das baianas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Queria falar ao nobre líder do Governo que falta dizer isso no projeto, não é? Esse é o problema: o governo manda um projeto absolutamente genérico para esta Casa, são milhões, bilhões já, não é? E esta Casa... Eu digo, eu já estou dizendo, deputado Arimateia, que não se aprova, nesta Casa, cheque em branco. A Casa está dando talão de cheque em branco ao governo. Essa é que é a realidade: assinando tudo! E olhe que nós apoiamos diversos projetos aqui.

Eu tenho total unidade com o discurso do deputado Rosenberg sobre a importância, deputado, do MST. É óbvio que nós precisamos... E votei a favor do projeto de estímulo e amparo à agricultura familiar, o último projeto que veio aqui. Mas, infelizmente, as justificativas dos projetos dos empréstimos que vêm para esta Casa são completamente genéricas. E nós não podemos ficar à mercê das definições como investimentos em infraestrutura, pois infraestrutura pode ser tudo. O governo pode fazer qualquer coisa com o recurso.

Então, para esse projeto de empréstimo no valor de R\$ 150 milhões, o nosso voto será contrário, assim como para o pedido de urgência, porque eu acho que, antes de tudo, o Parlamento precisa se respeitar. Eu não vou mais criticar, subir a esta tribuna para criticar o governo, porque eu acho que o governo, inclusive, está mal-acostumado com a postura dos deputados daqui ao não exigir justificativa detalhada quanto aos empréstimos. É uma coisa impressionante realmente.

Eu ocupei esta tribuna, não para falar sobre isso. A minha posição já está muito evidente para os deputados. Quanto à maioria dos conteúdos dos projetos do governo, eu não sou contra. Só acho que não existe uma relação de respeito com esta Casa, muito sinceramente.

Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para falar de um elemento, que é mínimo, do ponto de vista das necessidades dos trabalhadores. Falo dos trabalhadores do Ministério Público, representados pelo combativo Sindsemp-BA (Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia), que estão acompanhando nesta Casa o projeto de lei enviado e que agora foi distribuído para o deputado Tiago Correia. Ele versa sobre a possibilidade de transformar em pecúnia...

(Intervenção fora do microfone.)

Exatamente, foi complementada por Hilda, da liderança do nosso Sindsemp-BA.

Pois é. Trata-se da licença-prêmio ser convertida em pecúnia. É só isso o que os trabalhadores estão pedindo.

Este projeto veio para cá, foi enviado pelo Dr. Pedro Maia, procurador-geral do Ministério Público, portanto, não existe nenhum motivo para o projeto não ter a aprovação e a anuência das lideranças. Eu acho que é só isso o que o deputado Tiago Correia está esperando. Ele é simpático ao projeto também, ou seja, ele me pareceu simpático ao projeto. Mas é preciso ter uma posição ativa por parte das lideranças do Governo e da Oposição para dizer que isso é matéria de importância, sim.

Os servidores públicos em geral, especialmente, deputado Euclides, V. Ex.^a fala tanto sobre a importância dos órgãos de controle, dentre eles, há o Ministério Público. Não existe funcionamento, no Ministério Público, sem trabalhador. E os

trabalhadores, melhor, os servidores do Ministério Público estão dentro dessa multidão de deserdados que se transformaram os servidores públicos do estado da Bahia com o arrocho salarial histórico brutal. Esta é a realidade.

Então, esta é uma demonstração mínima de consideração a esses trabalhadores que eu acho que deve ser feita por esta Casa. Se nós estamos com o projeto de lei, enviado pelo próprio Ministério Público, enviado pelo próprio procurador-geral, por que não fazer esse acordo de lideranças? Digo isso porque é tão rápido para se resolver outras situações, deputado Samuel, para se fazer um mínimo de sinalização de respeito em relação a essa categoria.

Então, parabéns pela luta do Sindsemp-BA. O nosso mandato está 100% à disposição desta luta. Eu quero pedir a sensibilidade do conjunto dos deputados, especialmente das lideranças da Oposição e do Governo, para a gente votar este projeto o mais rápido possível. Se possível, na semana que vem, a gente sai com a sinalização mínima de respeito a esses trabalhadores e trabalhadoras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

O Sr. Tiago Correia: Eu quero falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Tiago já está querendo passar para o PP e sair do União Brasil? É?

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Utilizará o tempo o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, mais uma vez, subo a tribuna, nesta terça-feira, agora para parabenizar o repórter Thiago Teixeira, do *Bocão News*, por uma matéria publicada no dia 27/8, que aponta falhas do governo Lula, na gestão de imóveis da União na Bahia. Tais falhas geraram abandono e vandalismo ao patrimônio na Bahia.

Eu já tinha trazido esse assunto a esta Casa. São diversos imóveis federais abandonados, depredados, invadidos, inclusive, colocando em risco a vida de milhares de pessoas, a exemplo de um imóvel na Praça Castro Alves, pois mais de 200 famílias se alojam de maneira totalmente desumana.

Recentemente, tivemos um incêndio, inclusive, no Rio Grande do Sul, que vitimou diversos moradores de rua que viviam de maneira similar. Pedi, inclusive, que o governo do estado encaminhasse o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil para poder analisar toda a estrutura daquele edifício, onde várias pessoas correm risco de vida diariamente, tanto de incêndio quanto de desabamento. São diversos os gatos nos

mecanismos de energia e água ligados de maneira irregular em um ambiente totalmente desumano, em pleno centro da nossa capital.

Agora, o site *Bocão News* traz a matéria que aponta que não só aquele imóvel, mas diversos outros foram apontados. São 30 mil imóveis da União na Bahia. E o problema é que o órgão federal não tem feito muito bem o dever de casa, o que tem gerado abandono, depredação de propriedades e elevados custos de manutenção, dinheiro do contribuinte, além da dificuldade em vender algum desses imóveis, o que geraria arrecadação para a União, justamente por conta do descaso que o governo Lula vem fazendo na gestão desses imóveis abandonados.

A matéria é um pouco extensa, Sr. Presidente, mas ela traz que, de acordo com a CGU, a análise da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) revelou uma importante lacuna no conhecimento das condições do uso dos imóveis pertencentes à União no estado da Bahia.

Vejam que este é um estado governado também pelo PT. Inclusive, o Tribunal de Contas da União realizou várias fiscalizações sobre o tema, identificando os mesmos problemas listados pela Controladoria-Geral da União, ficando claro que a SPU ainda não possui um conhecimento completo e atualizado das condições de uso dos imóveis da União no estado.

E tal constatação se confirma na declaração da unidade na qual informa a ocorrência de diversas ações de corte de contas, inclusive, sobre essa problemática que se mantém até o presente momento. Diz um trecho do relatório da CGU.

E a gerência dos cerca de 30 mil imóveis da União na Bahia está distribuída em diversos regimes de utilização, contemplando avaliações e decisões motivadas sobre os seus usos mediante entrega, cessões, locações, dentre outros. Diz ainda que, caso não haja interesse público sobre os imóveis de uso especial, é possível abertura de um processo de alienação e venda.

Sr. Presidente, isso é patrimônio, é recurso público que poderia estar sendo revertido, principalmente em causas sociais, o que não está acontecendo por completo descaso.

E aí eu tento de falar, mais uma vez, sobre o autor da matéria. Parabenizo o jornalista Thiago Teixeira, pois ele foi muito profundo em sua matéria ao apontar falhas do governo Lula na gestão desses imóveis que geram abandono e vandalismo em patrimônio público da União no estado da Bahia, estado governado pelo mesmo partido do presidente Lula, pelo PT, mostrando total descaso.

Em relação às colocações feitas pelo nosso líder Rosenberg, em uma entrevista recém-concedida pelo nosso secretário da Casa Civil, o ex-deputado federal Luiz Carreira, com quem tive o prazer de conviver, enquanto presidente da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Salvador, por dois mandatos, intensamente acompanhando as contas públicas.

Eu sempre disse, nesta tribuna, que nós não somos contra os empréstimos, Sr. Presidente, inclusive, a antecipação de investimento é possível ser feita com os empréstimos. Algumas pessoas não entendem o que é antecipar investimento. Isso é realizar uma obra que o governo não pode realizar hoje por falta de recurso.

Então, você capta esse investimento para fazer aquele hospital, aquela estrada, aquela obra que só poderia ser feita daqui a 15 anos de arrecadação. Você antecipa esse investimento e entrega esse equipamento à população. Então a gente não é contra nenhum tipo de empréstimo que antecipe investimento.

Mas há o nosso principal questionamento: de que maneira esses recursos estão sendo investidos? Digo isso porque a gente vê muita propaganda do governo de que nunca se investiu tanto em educação. E a educação do estado é a pior do país! A gente vê que o governo nunca investiu tanto em segurança como tem investido. E a Bahia é o estado mais violento do país. A gente vê que houve empréstimo para a defesa da nossa Mata Atlântica. E a Bahia é vice-campeã nacional em desmatamento da Mata Atlântica.

A Bahia é campeã nacional em número de pessoas vivendo em extrema pobreza. A Bahia tem o maior número de internações de bebês por desnutrição do Brasil. A Bahia é campeã nacional em número de jovens de 18 a 24 anos que estão fora das faculdades. A Bahia é líder nacional no ranking de cidades mais violentas do mundo. A Bahia é o 24º estado em competitividade quando, antes, era o 16º, Sr. Presidente. E, na última atualização, caiu 8 posições para ficar à frente, apenas, de Roraima, Amapá e Acre. Quanto à educação, a Bahia está em penúltimo lugar, pois é campeã nacional em número de analfabetos adultos. A Bahia ocupa o terceiro lugar no ranking de habitações precárias. Em 2022, amargou o quarto lugar quando se trata de maus-tratos contra idosos...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TIAGO CORREIA: Na sequência, deputado, darei.

A Bahia é o estado com mais mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, uma pauta tão defendida pelo partido do governador. De cada 100 crianças, 77 vivem na pobreza e nas suas múltiplas dimensões. A Bahia foi o estado que concedeu o menor reajuste salarial para os servidores no ano passado. A Bahia é campeã nacional em número de desempregados.

Então, a gente se pergunta o seguinte.

Quanto a esses, a serem captados via empréstimo, serão aplicados de que maneira, Sr. Presidente? Porque a gente quer a antecipação dos investimentos. A gente quer a mudança deste cenário horrível que eu trouxe agora. A gente não fica feliz em ler essa relação. E tem mais outras listas que eu poderia trazer. Mas a gente se pergunta de que maneira esses recursos estão sendo investidos?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E a gente chega a se perguntar se não seria improbidade administrativa captar tantos recursos, fazer tantos investimentos e os resultados não aparecerem.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TIAGO CORREIA: Isso mostra que os investimentos estão sendo feitos de maneira errada.

Com a palavra, para um aparte, o deputado Euclides Fernandes, defensor da nossa querida cidade de Jequié.

O Sr. Euclides Fernandes: Meu nobre...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, o seu tempo já se esgotou.

O Sr. TIAGO CORREIA: Oh, deputado, eu queria dar um aparte ao nosso ilustre colega de Jequié.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado.

O Sr. Euclides Fernandes: Ilustre deputado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) também presidente estadual do PSDB do estado da Bahia, V. Ex.^a está um pouco desatualizado. Tudo bem, V. Ex.^a com a Oposição tem mesmo de chegar à tribuna e procurar diminuir a imagem de S. Ex.^a o governador Jerônimo Rodrigues.

O Sr. TIAGO CORREIA: Não, não, dele não, de toda a gestão petista que se arrasta há quase 20 anos.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a permitiu, o presidente também permitiu e V. Ex.^a quer apressar as minhas colocações? Paciência, Excelência.

O Sr. TIAGO CORREIA: Fique à vontade, deputado. (Risos)

O Sr. Euclides Fernandes: Como eu tive a paciência de ouvir o seu pronunciamento desatualizado, procurando agredir a imagem de S. Ex.^a, o governador Jerônimo Rodrigues, que está apenas em 1 ano e meio de gestão e muito fez para ajudar as mudanças necessárias no que diz respeito aos vários segmentos da responsabilidade do governo do estado.

Quero dizer a V. Ex.^a que, na área de educação, V. Ex.^a está enganado. Em pouco tempo – 1 ano e meio –, o governador Jerônimo Rodrigues já entregou mais de 50 escolas de tempo integral. V. Ex.^a sabe o que é escola de tempo integral?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

V. Ex.^a sabe o que é uma escola de tempo integral?

O Sr. TIAGO CORREIA: Sim, sei.

O Sr. Euclides Fernandes: A criança, o jovem e o adolescente entram na escola às 7 horas da manhã e só saem ao final da tarde. Eles têm alimentação, almoço, café, um auditório para desenvolverem suas habilidades artísticas, quadra de esporte coberta para desenvolverem aptidão no esporte, trazendo a transformação verdadeira do jovem para o seu futuro.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

No que diz respeito à segurança pública, Excelência, Jerônimo Rodrigues já entregou várias delegacias que estavam totalmente necessitadas de requalificações e também nova estrutura física, centenas de carros para as delegacias e para a Polícia Militar.

V. Ex.^a precisa dar um pensamento melhor, analisar melhor a ação do governo de Jerônimo Rodrigues que, em menos de 2 anos, muito tem feito para melhorar a qualidade de vida do povo baiano e cuidar do desenvolvimento econômico e social

do estado da Bahia, além de dar apoio total aos municípios junto aos prefeitos dos diversos municípios do estado da Bahia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Muito obrigado, deputado Euclides, pelo aparte.

Para encerrar, Sr. Presidente, isso só chancela o que eu acabei de dizer. Os investimentos estão sendo feitos, está se investindo na compra de viaturas e nas escolas de tempo integral, mas talvez não tenha um professor; dão alimento, mas talvez não tenha qualidade de ensino, porque os números permanecem os mesmos. Por mais que investimentos sejam feitos, nós somos o estado mais violento do Brasil. Por mais investimento na educação...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a tem de dar um tempo para os resultados aparecerem.

O Sr. TIAGO CORREIA: Por mais investimento que se faça na educação, nós continuamos sendo o penúltimo estado na educação do país.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, o próximo, para encerrar, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Eu queria dizer que o investimento está sendo feito também da maneira correta.

E, para encerrar, Sr. Presidente, só fazendo uma observação à informação trazida pelo deputado colega Robinson sobre a quietude da presença do Kannário na campanha do Zé Neto, eu digo: não tem Kannário, não tem sabiá, Zé Ronaldo vai ser vencedor, Pablo vai ser vice-prefeito e Zé Neto vai pedir música no *Fantástico*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria, líder do União Brasil, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder da Federação, PT. (Pausa)

Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do dia.

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (Lê) “*Requerimento. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os líderes dos blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa...*”

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, estou pedindo questão de ordem a V. Ex.^a antes da leitura.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (Lê) “...vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.738/2023, de autoria do Dep. Antônio Henrique Jr., que ‘Denomina Ondumar Ferreira Borges (Ondumar Marabá), o Aeroporto da Cidade de Luís Eduardo Magalhães-Ba e dá outras providências’.”

Foi assinada a dispensa de formalidades pelos líderes Rosemberg e Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, o projeto ora apresentado por V. Ex.^a constitui regramento geral. Não há nenhum óbice. Pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam...

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu gostaria de ouvir a leitura do projeto porque eu o desconheço. Eu não posso votar, me abstenho de votar em um projeto cujo conteúdo eu não sei qual é.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides.

Próximo requerimento.

O Sr. Euclides Fernandes: Coloque meu voto “contra.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, em primeiro turno **o Projeto de Lei nº 24.738/2023, com os votos contrários dos Deputados da Base de Oposição presentes e do Deputado Hilton Coelho (registrados na página 39).**

PROJETO DE LEI Nº 24.738/2023

Denomina Ondumar Ferreira Borges (Ondumar Marabá) o Aeroporto da Cidade de Luís Eduardo Magalhães-Ba e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - Fica denominado, **Ondumar Ferreira Borges (Ondumar Marabá)** o Aeroporto da Cidade de Luís Eduardo Magalhães-Ba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2023.

Deputado ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, Sr. Presidente, um momentinho, por gentileza. Eu pedi uma questão de ordem a V. Ex.^a antes da leitura do requerimento, mas V. Ex.^a não me deu. O deputado Euclides perguntou a V. Ex.^a o que estava votando...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A votação se trata de acordo de lideranças assinados por seu líder Alan e o líder Rosemberg que denomina Marabá o aeroporto de Luís Eduardo.

O Sr. Samuel Junior: Foi apenas essa informação que o colega perguntou ao senhor. Ele mesmo disse que votou contra, contrariando um colega, porque nem sabia o que estava votando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Foi uma falha, deputado, quando V. Ex.^a...

O Sr. Samuel Junior: Falha de comunicação? Não, não, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Falha de comunicação, quando V. Ex.^a pediu a questão de ordem, eu já estava lendo o projeto.

Deputado Euclides, refiz o voto e o voto é favorável.

O Sr. Euclides Fernandes (fora do microfone): Continuo sem saber o que é.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Continua sem saber o que é? (Risos)

O Sr. Euclides Fernandes (fora do microfone): Eu gostaria de ouvir a leitura do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, V. Ex.^a, deputado Euclides, tem toda razão. Nós lemos o projeto com uma certa rapidez.

Próximo requerimento.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, prestem a atenção.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registre meu voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Voto contrário do deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo requerimento. Requerimento nº 10.570/2024.

(Lê) “Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II, do Regimento Interno, **URGÊNCIA** para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.482/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno

junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, na forma que indica e dá outras providências.’

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto.”

(Lê) “Autorizado a contratar em nome do Estado da Bahia...”

O Sr. Alan Sanches: Presidente, questão de ordem. Está votando o quê? A urgência?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria solicitar verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deixe eu terminar de ler e V. Ex.^a será atendido.

(Lê) “Autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, até o montante de R\$ 616.000.000,00 (seiscentos e dezesseis milhões de reais), destinados à execução de ações inscritas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 em maio de 2000.”

Para atender à questão de ordem do deputado líder Alan Sanches...

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem. Ele pediu verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Verificação de quórum. De votação?

O Sr. Rosemberg Pinto: De votação. Sr. Presidente, eu queria, neste momento, pedir a todos os deputados e às deputadas que se encontram no cafezinho, que se encontram despachando nos seus gabinetes... Nós já estamos na Ordem do Dia e acabamos de votar um projeto extremamente importante que anuncia e dá titularidade ao Aeroporto Luís Eduardo Magalhães. Há outros dois projetos que serão votados neste momento, um deles para fazer a composição para o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, que requer do governo do estado uma participação e, para isso, nós já estamos na Ordem do Dia.

Por isso, presidente, eu queria que V. Ex.^a marcasse 25 minutos e conclamasse a todos os deputados e deputadas para que se fizessem presentes, atendendo à verificação de quórum feita pelo deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido. Por favor, zere o painel e marque os 25 minutos.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação. V. Ex.^{as} que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências da Casa, por favor, compareçam ao Plenário.

Pode zerar a painel, por favor.

Os Srs. Deputados que se encontram no Plenário podem marcar a presença.
como se encontram. (Pausa)

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há uma questão de ordem solicitando o quórum de votação, para o que são necessárias 32 presenças em Plenário.

Compareçam ao Plenário para que sejam registradas as presenças, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas: Cláudia Oliveira, Dr. Diego, Eduardo Alencar, Eures Ribeiro, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Samuel Junior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim...

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Chegando mais um precioso voto aqui. São 29.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): São 28.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 28, é verdade.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum para a votação e são necessárias 32 presenças para que possamos continuar a sessão. Por isso, é importante que os Srs. Deputados e Deputadas que se encontram nos gabinetes, atendendo a representações, desçam até o Plenário para que sejam registradas as suas presenças.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Recuperado o quórum.

Foi solicitada uma questão de ordem para verificação do quórum de votação.

Constatando que já há quórum, submeto aos Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas o Requerimento nº 10.570/2024, que requer urgência (lê) *“para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.482/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências’.”*

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 10.570/2024 com os votos contrários dos Deputados da Base de Oposição e do Deputado Hilton Coelho.

Registro os votos contrários da Oposição presente em Plenário e do nobre deputado Hilton Coelho.

Por favor, os nossos registradores farão as devidas anotações.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O próximo é o Requerimento nº 10.571/2024, ao Ex.^{mo} Sr. Presidente, requerendo (lê) *“na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.483/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, e dá outras providências’.”*

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 10.571/2024 com os votos contrários dos Deputados da Base de Oposição e do Deputado Hilton Coelho.

Registro os votos contrários da Oposição presente em Plenário, que serão devidamente registrados, e do nobre deputado Hilton Coelho.

O próximo será o (lê) *“Projeto de Lei nº 25.473/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, e dá outras providências’.”*

Explicitando para que não haja dúvida, esse projeto se refere ao valor de R\$ 150 milhões junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, a famosa rubrica Finisa, no valor de R\$ 150 milhões.

Para relatá-lo, deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra ao nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente deputado José Raimundo, ora em exercício dessa presidência, gostaria aqui de apresentar o parecer.

(Lê) *“PARECER*

das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.473/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, e dá outras providências.’

Apresenta o Poder Executivo, para apreciação da Assembleia, a proposição que ora passo a relatar, visando obter a necessária autorização legislativa para contratação, pelo Estado, de operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, até o montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Conforme registra a Mensagem do Sr. Governador do Estado, a proposta se insere no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, sendo que os recursos provenientes da operação de crédito ‘serão destinados às áreas de infraestrutura urbana, de infraestrutura hídrica e de mobilidade urbana, garantindo a continuidade dos avanços econômicos e sociais para a nossa população.’

Trata-se de matéria de relevante interesse público, porquanto se destina a investimentos na área de infraestrutura, em benefício da população do Estado. O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2024.”

É o parecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Marcelino Galo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 25.473/2024.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em regime de urgência e discussão única o Projeto de Lei nº 25.473/2024, de autoria do Poder Executivo, com os votos contrários dos Deputados da Base de Oposição e do Deputado Hilton Coelho (registrados na página 43).

PROJETO DE LEI Nº 25.473/2024

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com a garantia da União, até o montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se à viabilização de contrapartidas de financiamentos e de termos de compromisso para investimentos nas áreas de infraestrutura urbana, de infraestrutura hídrica e de mobilidade urbana.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, a operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos relativos aos contratos de financiamento a que se refere esta Lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Samuel Junior: Com o voto contrário da Oposição. Ouviu, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com os votos contrários da Oposição e do nobre deputado Hilton Coelho.

O Sr. Samuel Junior: Quando falo da Oposição, já estou incluindo o meu líder Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há sobre a mesa...

O Sr. Samuel Junior: Quando eu falo com V. Ex.^a “o voto da Oposição”, já estou incluindo o meu colega Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A Oposição e Hilton Coelho. Ele não é da Oposição, ele tem uma identidade própria.

Há, sobre a mesa, um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia com a dispensa de formalidades do líder Rosemberg Pinto e do líder Alan Sanches.

(Lê) “*Dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 3.196/2024, de autoria do Dep. Adolfo Menezes, que Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a José Roberto Tadros.*”

Para relatá-lo, convido o nobre colega deputado Eduardo Salles.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES: Sr. Presidente, prezados colegas, o (lê) “*Projeto de Resolução nº 3.196/2024 concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a José Roberto Tadros.*”

Art. 1º - Fica concedido, com base na Resolução nº 1.271, de 5 de novembro de 1998, o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. José Roberto Tadros em razão do apoio incondicional para o fortalecimento do Sistema S na Bahia.

Art. 2º - A honraria objeto da presente resolução será entregue em sessão especial da Assembleia Legislativa da Bahia, em data a ser oportunamente fixada pela mesa diretora, na forma do Art. 3º da Resolução nº 1.271, de 5 de novembro de 1998. Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.”

Sr. Presidente, o Sr. José Roberto Tadros é o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Ao longo do período de gestão, o Sr. José Roberto Tadros, à frente do Sistema CNC-Sesc-Senac, fez diversos

investimentos para os departamentos nacionais do Sesc-Senac e da própria CNC, que foram direcionados à construção ou à modernização de unidades na Bahia.

Por ser uma matéria legal e constitucional, submeto-o à aprovação dos prezados colegas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o mesmo projeto de resolução que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. José Roberto Tadros.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade, o **Projeto de Resolução nº 3.196/2024. (Publicado no DOEL de 23/05/2024)**

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, para caminharmos para o encerramento, falta agora votarmos em segundo turno.

Eu vou convocar uma sessão extraordinária para votarmos o projeto que denomina o aeroporto da cidade de Luís Eduardo Magalhães como Ondumar Ferreira Borges (Ondumar Marabá), que o denomina com esse nome.

Então, neste momento, nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente sessão, convocando uma extraordinária para daqui a 1 minuto. Daqui a 1 minuto, segunda convocação para aprovarmos esse projeto.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Dr. Diego Castro, Eures Ribeiro, Jordavio Ramos, Ludmilla Fiscina e Soane Galvão (justificada). (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.